

O mito sebastianista revisitado

Miguel Real*

PESSOA, Fernando (2011). *Sebastianismo e Quinto Império*. Edição, introdução e notas de Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda. Lisboa: Ática [Babel].

Desde os estudos de Yvette Centeno, Joel Serrão e Teixeira da Mota, na década de 1970, que se sabia ser Fernando Pessoa cultor do esoterismo e das mais diversas correntes da metafísica ocultista, numa pesquisa pessoal prolongada ao longo de mais de três dezenas de anos, mistura de uma fortíssima atracção pela realidade histórica hermética e de uma insaciável curiosidade filosófica.

Com a publicação de *Sebastianismo e Quinto Império*, integrado na colecção “Obras de Fernando Pessoa. Nova Série”, coordenada por Jerónimo Pizarro, com edição de Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda, revela-se ser Pessoa, indubitavelmente, uma das mais altas figuras da filosofia esotérica portuguesa, escrevendo sobre este tema, não de um modo despiciendo ou diletante, como um simples amador, mas de um modo empenhado, quase militante, embora, como tudo em Pessoa, de uma militância discreta, mais teórica que prática ou conspirativa.

Neste sentido, o trabalho dos dois editores e anotadores, Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda, revela-se absolutamente vital para a elevação desta vertente cultural de Pessoa ao mesmo estatuto teórico e à mesma dignidade cultural que a sua vertente de poeta modernista de *Orpheu*.

Pessoa não é o grande poeta e, depois, a um nível residual, um pensador ocultista. Não. Pessoa é, também, um grande pensador ocultista, cuja filosofia anima cada verso de *Mensagem*.

Com excepção de Sampaio Bruno, em *Os Cavaleiros do Amor* (1960, ed. póstuma) e em *O Encoberto* (1904), a verdade é que no tempo de Pessoa, de um modo explícito, não existia outro pensador português a assumir o hermetismo e o esoterismo como motores de um pensamento filosófico.

Também aqui, tal como na multiplicação dos eus autorais no modernismo poético, tal como na prosa portuguesa, com a escrita de *O Livro do Desassossego*, tal como no drama estático simbolista *O Marinheiro*, Pessoa evidencia-se como o autor que revoluciona tudo em que toca, isto é, sobre o que escreve.

Neste sentido, o esoterismo não deve ser considerado o irmão menor da obra de Pessoa. Muito pelo contrário, deve ser estatuído como uma vertente tão importante quanto as outras no interior de uma nova configuração do saber cujo vértice apontaria para a criação/construção de uma nova civilização.

* Escritor, ensaísta, professor e colaborador do JL, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

É justamente através desta última visão que os dois introdutores enquadram teoricamente os textos ora compilados (não todos inéditos, como explicam), fazendo remontar o interesse de Pessoa pelo esoterismo à visão messiânica e providencialista de Teixeira de Pascoaes, bem como às ligações do autor com o grupo patriótico d'A *Águia*, revista da "Renascença Portuguesa", cujo centro ideológico se firmava na absolutização do tema da saudade como coração da identidade nacional.

Dito de outro modo, a exploração hermenêutica que se encontra na base do esoterismo de Pessoa não se firma numa mera curiosidade hermético-simbólica, relativamente amadora, como parece ter sido a interpretação cabalística do número em Almada Negreiros, mas, diferentemente, conteria uma forte cunho nacionalista.

O nacionalismo – eis a estrada larga que o jovem Pessoa, regressado da África do Sul, influenciado por Pascoaes, teria trilhado, desembocando directa e indirectamente no esoterismo. Nada de admirar – o caminho fora o mesmo em padre António Vieira: primeiro, um nacionalismo ardente ao longo da década de 1640; segundo, e em consequência, a leitura e interpretação ocultista das *Trovas* de Bandarra, na década seguinte. Neste sentido, como motor ideológico, teria sido o nacionalismo de Pessoa a conduzi-lo à teorização sobre o sebastianismo e o Quinto Império.

Com efeito, sobre a obra de Pessoa, as provas historiográficas revelam inúmeros limites hermenêuticos, como há muito Eduardo Lourenço escreveu em *Pessoa Revisitado* (1973). Produto de um decadentismo civilizacional que na poesia o faz equivaler a Nietzsche na filosofia, influenciado pelo demolidor modernismo francês do século XIX e pelo futurismo italiano, Pessoa cria para si próprio um vazio existencial e ontológico que lhe permite negativizar e anular todos os valores da civilização ocidental, sobretudo o supremo valor, Deus, unidade absoluta do pensamento e acção de dois mil anos de história europeia.

Neste sentido, refundar Portugal teria para Pessoa o mesmo valor que refundar a poesia, refundar a prosa portuguesa e refundar o teatro português. Ou seja, firmado sobre a consciência de um Nada ontológico (Eduardo Lourenço), cada frase registada por Pessoa nos seus papéis teria para si o valor de uma nova civilização em criação. Por isso, anota a data do seu nascimento (1888) como o ano de uma das maiores revoluções em Portugal, que só no futuro seria integralmente compreendido.

Nesta nova fundação de Portugal, o mito da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques na batalha de Ourique encontrar-se-ia esgotado, porque o novo Portugal não seria já católico romano. Neste sentido, seria vital a criação de um novo mito fundador (ou refundador), que estabelecesse o sentido espiritual de Portugal. Pessoa encontra esse novo mito (essa visão colectiva galvanizadora, ou essa criação mítica "artificial", segundo a tese de Onésimo Teotónio Almeida) no cruzamento entre a vitalidade histórica passada do sebastianismo e a atracção de

construção do futuro Quinto Império, fundindo ideal e miticamente passado e futuro.

Nos textos publicados em *Sebastianismo e Quinto Império*, assiste-se ao esforço ingente de Pessoa de prestar consistência histórica à criação deste novo mito, convocando estudos sobre todas as tradições esotéricas da civilização ocidental: a cabala de tradição judaica, o sufismo árabe, as lendas em torno de Nostradamus e de Bandarra, a tradição astrológica, a tradição templária, o politeísmo greco-romano e a tradição mítica europeia em torno d'“O Encoberto”.

Com efeito, na página 271, no final de “Resposta ao Inquérito *Portugal, Vasto Império*”, veicula-se a necessidade de reconstrução do mito nacional sebastianista que congregue Portugal na superação do decadentismo vivido ao longo do final da I República, expressão da decadência maior sofrida por Portugal desde o século XVII.

Se se conjugar esta entrevista com o prefácio ao livro *Quinto Império* de Augusto Ferreira Gomes, encontramos uma súpula dos fundamentos da teoria esotérica de Fernando Pessoa, síntese, finalmente, do conjunto de textos publicados no livro em análise: (a) nova interpretação das *Trovas* de Bandarra, diferente da de Padre António Vieira; (b) definição do estatuto de D. Sebastião na História de Portugal (p. 74); (c) identificação d'“O Encoberto” de Bandarra com D. Sebastião; (d) identificação d'“O Encoberto” (D. Sebastião) como “representante máximo do Quinto Império” (p. 72); (e) identificação entre a assunção nacional do mito de D. Sebastião e o início temporal do Quinto Império (de que a publicação de *Mensagem* deveria constituir momento colectivo iniciático, beneficiando da onda patriótica levantada pela instauração do Estado Novo na primeira metade da década de 1930); e, por último, (f) a identificação do Quinto Império com o império cultural da Língua (pp. 241-253).

Estes seis pontos sintéticos – todos relevados no livro em apreço –, enquadram e fundamentam a proposta pessoana do mito sebastianista como instrumento nacional(ista) de emergência futura do Quinto Império.

Nos intervalos deste enquadramento, emerge o profundo desapego que Pessoa nutre pela Igreja Católica, identificada com o mito afonsino da batalha de Ourique: “Uma nação bestializada pelo catholicismo” (p. 77); “o Quinto Império virá [...] e combaterá o Anti-Christo. Após o Anti-Christo, [combaterá] as forças espirituas, começando pela Igreja Catholica” (p. 101, comentário às profecias de São Malaquias).

Neste sentido, Pessoa propõe que o domínio ideológico e espiritual de Portugal pela Igreja Católica, potência romana, isto é, estrangeira, seja substituído por uma cultura nacional sebastianista, assumindo-se D. Sebastião como o “Christo nacional” (p. 100).

No prefácio ao livro de poemas de Augusto Ferreira Gomes (pp. 273-276), Pessoa declara que “Nós o [Quinto Império] atribuímos a Portugal, para quem o

esperamos”; ressalva, porém, ser este Quinto Império português não o referenciado na Bíblia (separando-se assim da teoria de padre António Vieira, que defendia o quinto imperialismo com origem tradicional no Livro de Daniel: o primeiro império, o da Babilónia; o segundo, o Medo-Persa; o terceiro, o da Grécia; o quarto, o de Roma, e o quinto o Português), mas aquele cujos antecessores tinham sido o Grego, o Romano, a Cristandade e a Europa laica pós-renascentista. Acrescenta Fernando Pessoa: “Aqui o Quinto Império terá que ser outro que o Inglês, porque terá de ser de outra ordem”.

Conjugando o messianismo tradicional do Quinto Império com o profetismo de Bandarra (seguindo, neste caso, padre António Vieira), Fernando Pessoa analisa a primeira quadra do terceiro corpo das “Profecias” (corpo aparecido tardiamente na parede da capela de São Pedro, em Trancoso, sabendo-se hoje ser de autor anónimo, embora atribuído lendariamente a Bandarra). Pessoa, que tem consciência de a autoria do terceiro corpo da *Trovas* não ser de Bandarra, escreve a este respeito: “... Bandarra é um nome colectivo, pelo qual se designa, não só vidente de Trancoso, mas todos quanto viram, por seu exemplo, à mesma Luz. Este Terceiro Corpo não é, nem poderia ser, do Bandarra de Trancoso. Dizemos, contudo, que é do Bandarra” (p. 274). Eis a quadra em questão:

Em vós que haveis de ser o Quinto
Depois de morto o Segundo,
Minhas profecias fundo
Nestas letras que VOS pinto.

E adianta Pessoa: “A palavra VOS, no quarto verso, tem a variante AQUI em alguns textos”. Isto significa, para o autor, que, na primeira versão, VOS explicita *Vis*, *Otium*, *Scientia*; por sua vez, a palavra AQUI significa *Arma*, *Quies*, *Intellectus*. E conclui:

Temos pois que a Nação Portuguesa percorre, em seu caminho imperial, três tempos: – o primeiro caracteriza-se pela Força (*Vis*) ou as Armas (*Arma*); o segundo, pelo Ócio (*Otium*) ou o Sossego (*Quies*), e o terceiro pela Ciência (*Scientia*) ou a Inteligência (*Intellectus*). E os tempos e os modos estão indicados nos dois primeiros versos da quadra:

Em vós que haveis de ser o Quinto
Depois de morto o Segundo.

No primeiro tempo – a Força ou Armas –, trata-se de el-rei D. Manuel, o Primeiro, que é o quinto rei da dinastia de Aviz, e sucede a D. João, o Segundo, depois deste morto. Foi então o auge do nosso período de Força ou Armas, isto é, do poder temporal.

No segundo tempo – Ócio ou Sossego –, trata-se de el-rei D. João, o Quinto, que sucede a D. Pedro, o Segundo, depois de este morto. Foi então o auge do nosso período de esterilidade rica, do nosso repouso do poder – o Ócio ou Sossego da profecia.

No terceiro tempo – Ciência ou Inteligência –, trata-se do Quinto Império que sucederá ao

Segundo, que é o de Roma [Roma como capital da Igreja Cristã], depois de este morto.

(pp. 274-275)

Este “Prefácio” e *Mensagem* sintetizam a ideologia providencialista portuguesa das décadas de 1930 e 40 que, retomando a tese saudosista de Teixeira de Pascoaes e o veio providencialista de Sampaio Bruno, contra a teoria do racionalismo positivista de Teófilo Braga, triunfante nas três décadas anteriores, encara com orgulho a história de Portugal, quebrada pelo choque traumático de Alcácer Quibir. Tratava-se, segundo Pessoa, de tornar o Portugal presente digno do seu passado maior, fazê-lo ressurgir ignorando os momentos de vilipêndio, de materialismo grosseiro, isto é, de decadentismo.

Assim, o mito sebastianista realiza, em termos nacionais, uma nova visão da história de Portugal, eminentemente anti-racionalista e anti-modernista, postulando que o atraso português face à Europa se teria devido, não ao afastamento dos nossos pensamentos e hábitos sociais da revolução científica do século XVII, da revolução política democrática do século XVIII e da revolução industrial do século XIX, mas a uma condição divina, providencialista, um “destino” histórico milagroso, conservando Portugal para, no futuro, messianicamente, quando o racionalismo científico se esgotasse civilizacionalmente, se assumir como nova vanguarda, agora cultural (o novo “Império” “de que os sonhos são feitos”; a “nova Índia”) da Europa, evidenciando um outro modo de estar e de ser, de que a Língua seria máxima expressão.